



TOMBAMENTO DE BEM CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FORMA DE APROPRIAÇÃO SOCIAL: O estudo de caso da Escola Estadual Pedro II – BH/MG

**LACERDA, DANIELA CRISTINA A; ALCÂNTARA, FLÁVIA A;
BARBOSA, CLÁUDIA S.; MEIRELES, KAIO**

1. IEPHA.

daniela.ayala@iepha.mg.gov.br

2. IEPHA

flavia.alcantara@iepha.mg.gov.br

3. ICMBio/UFMG

claudia.barbosa@icmbio.gov.br

4. kaiomeireles@icloud.com

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de apresentar o projeto de educação patrimonial desenvolvido na Escola Estadual Pedro II, no ano de 2010. A referida escola foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- IEPHA/MG, através do decreto nº 21.970 de 15 de fevereiro de 1982, por seu valor histórico, arquitetônico e artístico. A última obra de restauração executado na edificação foi finalizado em dezembro de 2009. Com a reinauguração do prédio no ano 2010, após permanecer interditada para as obras de restauração arquitetônica, a Escola Estadual Pedro II recebeu o desafio, por parte da Secretaria de Educação, de se tornar referência para o ensino da rede estadual de Minas Gerais. Neste contexto, a ação de educação patrimonial, em parceria com o IEPHA, entra como uma inovação para proposta educacional daquele ano. Desenvolvido pelo IEPHA, o projeto de educação patrimonial intitulado “Escolas Tombadas”, foi elaborado para atender as seis escolas estaduais tombadas por este Instituto, com objetivo de valorizar e preservar a integridade do bem tombado, através do envolvimento dos professores, alunos e comunidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento, cidadania e respeito às estruturas

arquitetônicas e acervos destes edifícios. A ação nas escolas tinha como justificativa a premissa de que a escola e seu ambiente são os principais canais de transmissão de valores e de formação dos novos cidadãos. No primeiro momento, as ações educacionais foram dirigidas por uma equipe multidisciplinar composta por diversos técnicos do IEPHA, ações estas que através de oficinas e cartilhas, envolveram os alunos tanto do ensino fundamental e médio, quanto os educadores. Após esta ação inicial, o projeto avançou com o desenvolvimento de uma disciplina específica. Ao final daquele ano, os resultados foram apresentados pelos alunos com oficinas, teatros, feiras e exposições. Os professores elaboraram relatório final de atividades de educação patrimonial, onde relataram que o índice de degradação da escola, ao final do período letivo, não chegava a 2%.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Preservação; Edificações Históricas; Bens Tombados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Cidade de Minas (futura Belo Horizonte) é criada no final do século XIX num contexto de intervenção estatal para reordenamento territorial da capital do Estado de Minas Gerais, envolvida por um ideal de modernização e ao mesmo tempo de hierarquização do território. (Passos, 2016).

Um dos primeiros bairros estabelecidos na nova capital foi o bairro Funcionários no qual além de moradias para funcionários públicos foram planejados diversos equipamentos de uso comum como igreja, hospital e escolas. Dentre as edificações destinadas ao ensino podem-se mencionar algumas que chamavam a atenção por sua arquitetura como o Instituto de Educação, fundado em 1906, cujo objetivo era preparar parte da elite belorizontina para o magistério¹; a Escola de Medicina de Belo Horizonte, fundada em 1911 e o Colégio Arnaldo, escola confessional fundada em 1912.

Uma curiosidade é que no início do século XX, a formação para o magistério (ensino fundamental) era especialmente destinada para mulheres, que tinham na carreira de professora uma das poucas oportunidades de acesso à educação e ao trabalho formal. O que pode ser observado no Decreto que regulamentou o ensino fundamental em Minas Gerais:

A mulher melhor compreende e cultiva o caráter infantil, e a professora competente é mais apta para a educação sem os desvios do espírito, sem corrupções do coração sem degradação do carácter.

Accresce que a professora com mais facilidade sujeita-se aos reduzidos vencimentos com que o Estado pode remunerar o seu professorado. (MINAS GERAIS, 1906, pg.6 e 7)

¹ Destaca-se que o prédio que abriga o Instituto de Educação de Minas Gerais foi edificado em 1898, foi sede do Tribunal de Relação do estado de Minas Gerais e do Ginásio Mineiro .

A cidade de Belo Horizonte que em 1910 contava com cerca de 30.000 habitantes extrapolou rapidamente o tecido urbano planejado para o interior da Avenida do Contorno, e a construção de novos equipamentos públicos foram necessários para atender a demanda dos habitantes.

Assim sendo, no Bairro Funcionários foi edificada a Escola Estadual Pedro II, na antiga Avenida Mantiqueira, atual Professor Alfredo Balena. A arquitetura da escola foi planejada em estilo neocolonial, o que de certa maneira representava uma contraposição ao ecletismo dominante à época e ao mesmo tempo podia ser vista como uma *“ideia de retomada dos valores nacionais e a preocupação com um padrão construtivo de maior qualidade”* (IEPHA, 1982, p.41). Esse discurso nacionalista era próximo ao do Movimento Modernista de 1922 e nas palavras de Castriota (2018, p.113) *“a experiência neocolonial, embora ambígua em seu primeiro momento, resultou, posteriormente, em um encontro efetivo com a tradição colonial brasileira.”* Ressalta-se que o próprio nome da escola remete ao último imperador do Brasil, quase uma afronta aos republicanos.



IMAGEM 01: Escola Estadual Pedro II
Fonte: Os autores, 2018.

Com o decorrer do tempo, a Escola Estadual Pedro II tornou-se referência no ensino na Capital e sua edificação chamava a atenção de quem passava na região. Entretanto, Belo Horizonte cresceu acentuadamente e a escola foi rodeada por várias novas construções ao seu redor e pela perda de seu prestígio pedagógico. Em frente a ela foi estabelecido o Hospital João XXIII e outros equipamentos hospitalares. Novos arranha céus surgiram e o trânsito da antes bucólica Avenida Professor Alfredo Balena, tornou-se caótico. Mas a

edificação sobreviveu aos anos e ao próprio descaso público em relação a sua manutenção estrutural.

Nesse contexto urbano e arquitetônico foi proposto nos idos de 1980 o tombamento da Escola Pedro II como um símbolo do estilo neocolonial e uma das últimas edificações na região do Bairro Funcionários que simbolizam as marcas e as contradições da Nova Capital de Minas:

Um bom exemplo desse estilo é o Grupo Escolar Dom Pedro II, à Avenida Alfredo Balena, construído em 1926 pelo arquiteto Carlos Santos e que representa, ao lado do prédio da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (J. Polny, 1923-1930), o neocolonial mais expressivo da Capital. (Castriota, 2018 p.113)

Considerando o exposto, o desenvolvimento do processo de educação patrimonial diante do tombamento e de como a comunidade escolar se postou diante da patrimonialização é o objeto desse artigo.

AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DESENVOLVIDAS NA ESCOLA EM PARCERIA COM O IEPHA

Iniciado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, o projeto de educação patrimonial intitulado “Escolas Tombadas”, foi elaborado para atender as seis escolas estaduais tombadas por este Instituto - Escolas Estaduais Barão do Rio Branco, Barão de Macaúbas, Olegário Maciel, Afonso Pena, Pedro II e Instituto de Educação - com objetivo valorizar e preservar a integridade do bem tombado, através do envolvimento dos professores, alunos e comunidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento, cidadania e respeito às estruturas arquitetônicas e acervos destes edifícios. A educação patrimonial foi entendida como um processo abrangente, o que foi apontado em um dos primeiros documentos oficiais que tratou da temática:

(...) processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento,

apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (Horta et al, 1999, p.4).

O primeiro passo para o projeto foi estabelecer uma parceria com profissionais da área de educação, planejamento e pesquisa, que resultou em um convênio firmado entre o IEPHA, a secretaria de Estado de Educação e a Fundação João Pinheiro.

A ação nas escolas tinha como justificativa a premissa de que a escola e seu ambiente são os principais canais de transmissão de valores e de formação dos novos cidadãos, pensamento este que é defendido por Patrícia Laczynski (2001):

“A educação patrimonial permite à comunidade reapropriar-se de lugares, histórias, objetos, monumentos e tradições que foram ou são importantes do seu ponto de vista. Para que ocorra esta reapropriação, o poder público pode promover propostas de aprendizagem que atraiam a atenção de pessoas de todas as idades, inclusive de aluno desde o ciclo fundamental. De uma forma lúdica e prazerosa, possibilita às pessoas que adquiram e registrem conhecimentos novos. As escolas que adotam este tipo de metodologia conseguem provocar em seus estudantes um interesse grande para o aprendizado. No caso de este trabalho ser desenvolvido com crianças, em geral é feito um repasse destes conhecimentos novos para os outros membros da família”.

Com a reinauguração do prédio no ano 2010, após permanecer interditada para as obras de restauração arquitetônica, a Escola Estadual Pedro II recebeu o desafio, por parte da Secretaria de Educação, de se tornar referência para o ensino da rede estadual de Minas Gerais. Em contato com educadores da escola que nela atuavam desde antes da implantação do projeto foi informado que ao retomar as atividades do ano letivo, a direção pré-selecionou os alunos que voltariam a estudar na escola, usando como critério de avaliação o desempenho e comportamento, uma vez que os antigos estudantes foram transferidos para outros locais, a maioria para o Instituto de Educação. Entende-se que esse processo seletivo por um lado estabeleceu certa hierarquização entre os alunos, uma vez que provavelmente foram selecionados aqueles que tinham melhor comportamento e notas mais elevadas, criando uma casta estudantil, portanto não absorvendo todos os educandos que antes estudavam na escola. Por outro lado, estimulou dentro de um processo homogeneizador ações educativas que induziram para um comportamento preservacionista do patrimônio escolar.

Neste contexto, a ação de educação patrimonial que foi desenvolvida no ano de 2010 em diante, em parceria com o IEPHA, foi considerada pelos educadores como uma inovação para proposta educacional daquele ano, sendo à última entre as seis escolas tombadas a desenvolver o projeto, em detrimento da interdição.

No primeiro momento, as ações educacionais foram dirigidas por uma equipe multidisciplinar composta por diversos técnicos do IEPHA, principalmente pela Diretoria de Promoção e Gerência de Difusão, ações estas que através de oficinas e cartilhas, envolveram os alunos tanto do ensino fundamental e médio, quanto os educadores.

Após esta ação inicial, o projeto avançou com o desenvolvimento de uma disciplina específica, separada das demais, para a educação patrimonial, que recebeu este mesmo nome, inserida na grade curricular da escola integrada, onde os professores ficaram responsáveis por repassar aos alunos o significado e valor do patrimônio cultural. O IEPHA manteve o monitoramento, acompanhamento e apoio ao projeto por meio de reuniões, visitas e oferecendo cursos de capacitação aos educadores envolvidos. Ao final daquele ano, os resultados foram apresentados pelos alunos com oficinas, teatros, feiras e exposições. Os professores elaboraram relatório final de atividades de educação patrimonial, onde relataram que o índice de degradação da escola, ao final do período letivo, não chegava a 2%.

Em uma conversa com a Gerente de Difusão do IEPHA foi relatado que o Instituto acompanhou as atividades desenvolvidas pelos professores até o ano de 2013. Contudo, as ações se mantiveram na escola por iniciativa dos educadores.

O QUE CONTA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL SOBRE O TOMBAMENTO DA ESCOLA E O PROJETO DE RESTAURAÇÃO

Um dos principais meios informacionais disponibilizado pelo IEPHA para o desenvolvimento da educação patrimonial na Escola Estadual Pedro II foi o uso de uma cartilha que continha várias informações sobre a escola. A seguir apresentam-se alguns dos principais tópicos informados.

Escola Estadual Dom Pedro II - Histórico



Vista da fachada principal da edificação, na Avenida Alfredo Balena -
Fonte: Arquivo Público/BH

Por iniciativa do então governador de Minas Gerais, Fernando Mello Vianna, foi criado o Grupo Escolar Dom Pedro II em 02 de dezembro de 1925. Recebeu este nome em homenagem ao centenário de nascimento do segundo Imperador do Brasil.

O prédio escolar foi projetado pelo arquiteto português Carlos Santos, em estilo neocolonial, corrente estilística em voga no Brasil na época, que buscava criar uma identidade nacional através de elementos arquitetônicos surgidos durante o período colonial brasileiro. A função social dos prédios escolares neocoloniais era revalorizar elementos estilísticos na didática de formação do aluno.

Inaugurada em 02 de setembro de 1926, a escola funcionou inicialmente com oito classes, atendendo cerca de 350 alunos. Mais tarde, por força de Lei, passou a se chamar Escola Estadual Pedro II de 1º grau. Até 2007 a E.E. Pedro II ofereceu os níveis de ensino fundamental e médio para mais de mil alunos.

A escola já sofreu várias reformas, algumas com intervenções significativas, como em 1959, quando ocorreu a perda do painel decorativo de autoria de Aníbal de Matos, no salão nobre. Nele estava representado o símbolo protetor da nacionalidade, o Cruzeiro do Sul, e a glorificação da bandeira.



Vista parcial do salão nobre do Grupo Escolar Pedro II em Belo Horizonte/MG -
Entre 1920 e 1930 - Fotógrafo: Igino Bonfili - Acervo: Arquivo Público Mineiro

Por seu valor histórico, arquitetônico e artístico, a E.E. Pedro II foi tombada pelo IEPHA/MG através do decreto nº 21.970 de 15 de fevereiro de 1982.

Em março de 2008 iniciaram-se as obras de restauração no prédio escolar com a fiscalização do IEPHA/MG e acompanhamento do DEOP (Departamento de Estado de Obras Públicas) e da Secretarias de Estado de Educação e de Obras, sendo finalizadas em dezembro de 2009. Entre outras intervenções, a escola recebeu elevador, uma rampa na entrada dos fundos e rampas móveis nas portas das salas, garantindo o acesso de cadeirantes.



Vista parcial do pátio interno do Grupo Escolar Pedro II em Belo Horizonte/MG -
Entre 1920 e 1930 - Fotógrafo: Igino Bonfili - Acervo: Arquivo Público Mineiro

Hoje a E.E. Pedro II é re-inaugurada para ser ocupada novamente como escola e atenderá aproximadamente 600 alunos da educação básica com oficinas pedagógicas em período integral. Cada aluno ou aluna que aqui estudar sentirá a responsabilidade de ser um membro importante para conservação e construção da memória coletiva desta escola.

Fonte: IEPHA/MG



Estudantes em sala de aula no Grupo Escolar Pedro II em Belo Horizonte/MG -
Entre 1920 e 1930 - Fotógrafo: Igino Bonfili - Acervo: Arquivo Público Mineiro

IMAGEM 02: Cartilha (Arquivos IEPHA/MG)

Construída na década de 20 do século XX, A Escola Estadual Pedro II passou por algumas reformas antes de se tornar patrimônio estadual. Destaca-se na cartilha que no ano 1959, houve a perda do painel no topo do teto salão nobre que era de autoria de Aníbal de Matos, que representava o Cruzeiro do Sul e a glorificação da bandeira.

Embora com algumas degradações ao longo dos anos, devido ao seu valor histórico, arquitetônico e artístico, a escola foi tombada pelo IEPHA/MG através do decreto nº 21.970 de 15 de fevereiro de 1982.

O último projeto de restauração executado na edificação, de autoria do arquiteto Aldo Grossi, foi aprovado pelo IEPHA em agosto de 2006 e as obras se iniciaram em março de 2008 com a fiscalização do IEPHA/MG e acompanhamento do DEOP (Departamento de Estado de Obras Públicas) e das Secretarias de Estado de Educação e de Obras, sendo finalizadas em dezembro de 2009.



IMAGEM 03 e 04: Obras de restauração (Arquivos IEPHA/MG)

A Escola Estadual Pedro II foi restaurada recebendo novas instalações e adaptações inclusive para pessoas com necessidades especiais.

Ao longo das obras de restauração procurou-se chegar o mais perto possível dos materiais e cores originais, sendo os tons de amarelo dominantes, na parte externa mais escura que o interior. A calçada externa foi refeita e os pátios receberam rampas, além disso, foi instalado um elevador para auxiliar no acesso as salas do prédio. O Salão Nobre também foi restaurado, à exceção do antigo painel que havia sido destruído. Ressalta-se na cartilha que parte dos elementos decorativos tiveram que ser restaurados utilizando-se formas especialmente produzidas para tal.

Com base no exposto, entende-se que a cartilha destinada para a educação patrimonial enfatizou os aspectos arquitetônicos e históricos, focando no público escolar. Dessa maneira, não envolveu os demais usuários da escola como os responsáveis pelos educandos e outras comunidades ao redor da escola. Um exemplo, os transeuntes que passam em frente à escola não têm nenhuma informação de que se trata de um patrimônio e de sua importância para o município.

Assim, entende-se que além do foco histórico poderiam ter sido contemplados na cartilha e nas ações de educação patrimonial os processos socioeconômicos e urbanos que ocorrem na região onde a escola encontra-se inserida e sido ampliado o público alvo.

AS AÇÕES EDUCATIVAS APÓS A PARCERIA COM O IEPHA

Em visita realizada na Escola Estadual Pedro II, em meados de 2018, foi informado pela diretora da escola que a disciplina de educação patrimonial permaneceu na grade de disciplinas até o ano de 2015. Posteriormente, as práticas foram dissolvidas nas demais matérias da grade curricular, como português, matemática, geografia, história, além disso, essa disciplina é oferecida de maneira alternada dependendo da necessidade e da renovação dos alunos.

Foram identificados que os alunos e os funcionários são agentes internos em termos de preservação patrimonial, destacando-se nesse ponto a importância da educação para a preservação dos equipamentos públicos e dos bens culturais imóveis, diminuindo a degradação antrópica das edificações.

É bastante perceptível que após nove anos desde sua última restauração a edificação sofra deteriorações causadas por intempéries. Manchas provocadas pelo contato com água pluvial e infiltrações causadas por chuvas intensas indicam reformas pontuais. A diretoria informou que devido ao tombamento, as diretrizes de intervenção no bem dificultam alterações até mesmo no telhado. Atualmente a frequência de chuvas e a intensidade não são as mesmas da época da construção, gerando refluxo nas telhas e infiltrando água na cobertura. Em diversos pontos foram identificados desgastes nas pinturas provocadas pelo contato cotidiano e intenso pelas pessoas nas paredes. Não foi constatado nenhum vandalismo realizado pelos alunos, nem mesmo nos locais de menor vigilância como os banheiros. Entretanto, existem ações externas, como pichações que eventualmente atingem as fachadas do prédio, a estratégia da atual diretoria da escola conforme foi manter em estoque as tintas necessárias para pintar imediatamente as áreas atingidas. Nesse quesito, foi informado que a verba para a manutenção da escola é dificultada pela diversidade e pela

necessidade de materiais específicos, porém as escolas estaduais recebem verbas de maneira igualitárias, sem diferenciação dos equipamentos por época de construção ou tombamento por ser bem cultural. Ou seja, a escola não recebe verba adicional para sua manutenção enquanto um patrimônio estadual.

Atualmente a Escola Estadual Pedro II atende alunos desde a segunda fase do Ensino Fundamental até a conclusão do Ensino Médio. Após sua última restauração, o Governo de Minas Gerais implantou um projeto piloto de educação transformando-a em uma Escola Modelo de Ensino. Desde 2010 novas práticas pedagógicas vem sendo aplicadas com a ampliação da carga horária diária com o acréscimo de atividades e oficinas para o período do contra-turno, sempre com a opinião dos alunos para a evolução do ensino com o decorrer dos anos.

Somente em 2009 houve uma restauração completa do edifício, quando se pôde recuperar parte das intervenções impróprias ocorridas anteriormente. Ao final desta restauração, o IEPHA/MG desenvolveu um trabalho de educação patrimonial com os alunos e funcionários da Escola que produziu ótimos resultados na conservação do edifício. (Capobianco, 2014).

Hoje são oferecidas 24 atividades diferentes pela Escola, sempre com a possibilidade de escolha do aluno e também determinadas pela instituição de ensino a partir das dificuldades apresentadas pelos educandos. O potencial do ensino da Escola Estadual Pedro II é expandido pelas parcerias com alunos e voluntários de outras instituições, como o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Observa-se que após a diminuição das ações do IEPHA nas atividades de educação patrimonial houve concomitantemente diminuição nas ações de educação patrimonial desenvolvidas na escola, ou seja, o IEPHA configurou-se como o estimulador da execução de tais ações. Posteriormente, atividades educativas com foco na educação patrimonial foram executadas, entretanto com foco nos educandos e não mais se pensando nos demais usuários. Nesse contexto, o desenvolvimento de ações voltadas para a educação patrimonial fica a critério da equipe pedagógica da escola, que pode desenvolvê-las ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O somatório das atitudes tomadas pela IEPHA e educadores da Escola Estadual Pedro II favoreceram para uma melhor relação entre os educandos com a infraestrutura da escola. Certamente essa relação não se explica por meio de leis, nem se deduz a base de princípios, mas apenas vê. Diante desse fenômeno, autores como Dartigues (1973), Triviños (1987) e Husserl (1985), relatam que dessa maneira é possível mostrar aquilo que se acha presente esclarecendo o que é aparente, se preocupando em fazer uma ciência que valorizasse a experiência vivida dos sujeitos. Assim, a participação dos alunos nas ações de educação patrimonial favoreceu para a apropriação e a preservação do espaço. Considerando a patrimonialidade como um ato social, sem estar arraigada ao objeto, mas sim das interações de diversas construções subjetivas, proporcionando reconstruções de leituras de mundo, perpassando pelo o que as pessoas sentem, recordam, vivem e acreditam; a Escola Estadual Pedro II passou por período no qual era extremamente vandalizada pelos usuários, para com o decorrer do tempo ser uma escola pública bem preservada.

Por outro lado, com a diminuição da parceria entre a escola e o IEPHA as ações de educação patrimonial foram sendo gradativamente dissolvidas nas atividades educativas das disciplinas ministradas na escola. Entretanto, isso não favoreceu o aumento do vandalismo no prédio, o que de certa maneira demonstra certa efetividade das ações educativas voltadas para o patrimônio mesmo que executadas em menor escala.

Ressalta-se ainda que considerando a educação patrimonial como um processo contínuo e que deva ser contextualizado, o tombamento da escola poderia ter favorecido para análises críticas sobre o desenvolvimento arquitetônico e até social pelo qual a cidade de Belo Horizonte passou desde sua fundação até os dias atuais, especialmente em se considerando o seu acelerado crescimento urbano. Assim a educação patrimonial deveria ser executada de forma contínua, pautada em um contexto histórico crítico e estruturada em práticas pedagógicas que considerem as experiências cognitivas da comunidade escolar, tendo o entorno da escola como espaço para discussão da própria função que a edificação ocupa. Sendo relevante neste contexto que a educação patrimonial fosse ampliada para envolver outros usuários e comunidades próximas à Escola Estadual Pedro II.

REFERÊNCIAS

CAPOBIANCO, M. A. **Guia de Bens Tombados IEPHA/MG / Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais**. 2a. ed. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, v. 1, 2014.

CASTRIOTA, L. B. (Org.) **Arquitetura da modernidade**. Editora UFMG, IAB-MG, Belo Horizonte; 2ª edição, 2017.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?** 2.ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. 163p.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS-IEPHA. **Prédio da Escola Pedro II - Processo de avaliação para tombamento**. Arquivo em formato PDF. Belo Horizonte, 1982.

_____. **Bens Tombados: Escola Pedro II**. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/118/bens-tombados-edif%C3%ADcio-da-escola-estadual-pedro-ii>. Acesso em 15 de maio de 2018.

_____. Pastas: “**Educação Patrimonial – Escolas Tombadas**”.

HORTA, Maria L. P. (et al.) **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN — Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em 16 de maio de 2018.

HUSSERL, Edmund. Investigações lógicas: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. In: **OS PENSADORES**. Tradução de Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 184p.

LACZYNSKI, P.. Educação Patrimonial 2001 (Boletim Dicas - Ideias para Ação Municipal). Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/621/621.pdf>. Acesso 22 de maio de 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto 1.960 de 16 de dezembro de 1906**. Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906.

PASSOS, D. A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte. **Mediações**, Londrina, v. 21 n. 2, p. 332-358, jul./dez. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Os três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In:_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, cap.2, p.30-79.